

AUDIÊNCIA PÚBLICA

PERMISSÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO

FLORESTA NACIONAL DE CARAJÁS

OUTUBRO, 2025



PAUTA:

Audiência pública do projeto de
permissão de serviços de apoio à
visitação na Floresta Nacional de
Carajás.



PROGRAMAÇÃO:

14HR – Abertura

14h15 – Apresentação do projeto

15h25 – Pausa

15h30 – Rodada de Perguntas e Respostas

17h00 - Encerramento



ACORDOS DE CONVIVÊNCIA

- Duração da audiência pública – 3 horas;
- Respeitar o tempo de fala e controle de tempo;
- Escuta ativa e comunicação não violenta;
- Inscrição para perguntas após apresentação;
- Celulares no modo silencioso.



1

OLHAR NACIONAL

2

PROJETO DE
PERMISSÃO

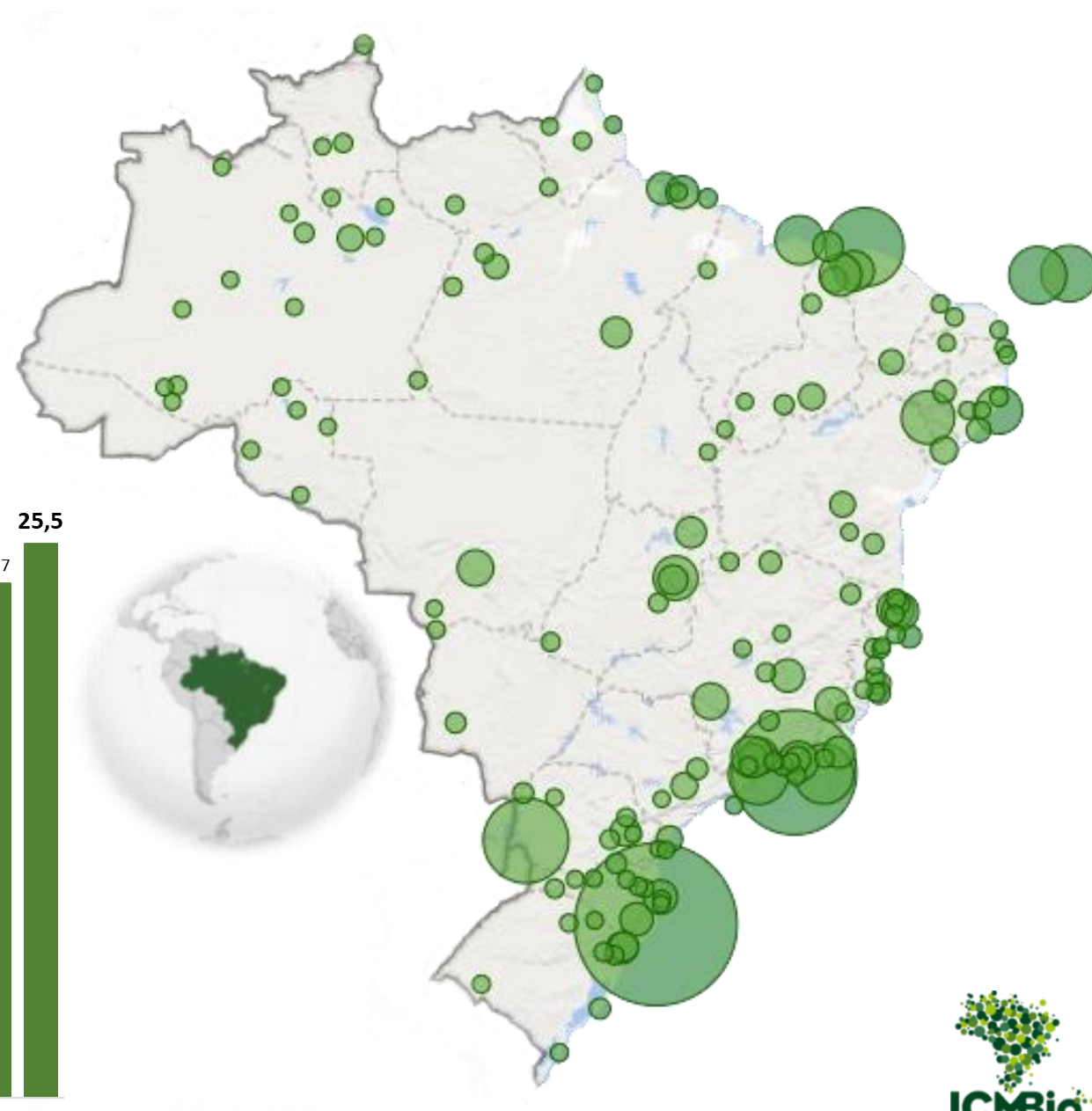
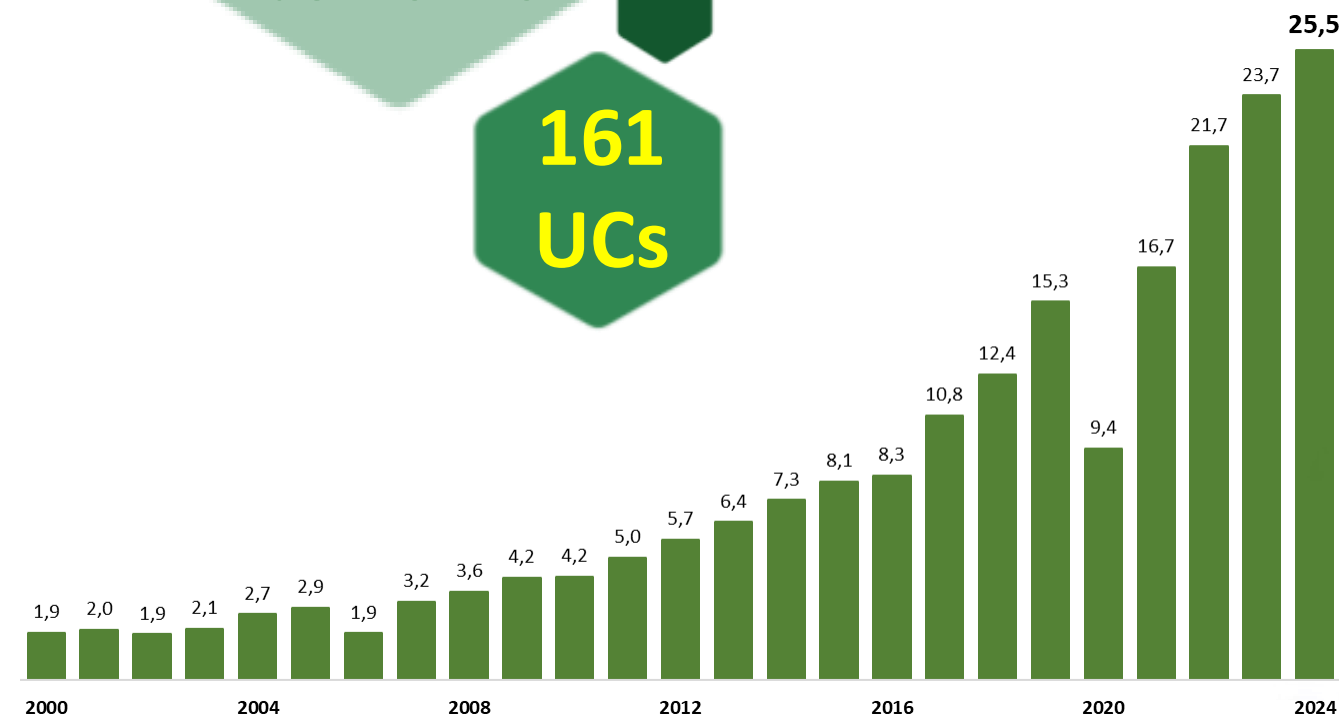
3

ETAPAS

VISITAÇÃO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS

+ 25,5
Milhões
de VISITAS

161
UCs



QUAIS **EXPERIÊNCIAS**
DESEJAMOS PROPORCIONAR?

QUAL **PÚBLICO**
PRETENDEMOS ALCANÇAR?



QUAIS **EXPERIÊNCIAS**
DESEJAMOS PROPORCIONAR?

QUAL **PÚBLICO**
PRETENDEMOS ALCANÇAR?

“A chave é a diversificação de
experiências”
(McCool, S.)



VISITAÇÃO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS



DELEGAÇÕES DE SERVIÇOS EM UC'S FEDERAIS



51
unidades de
conservação

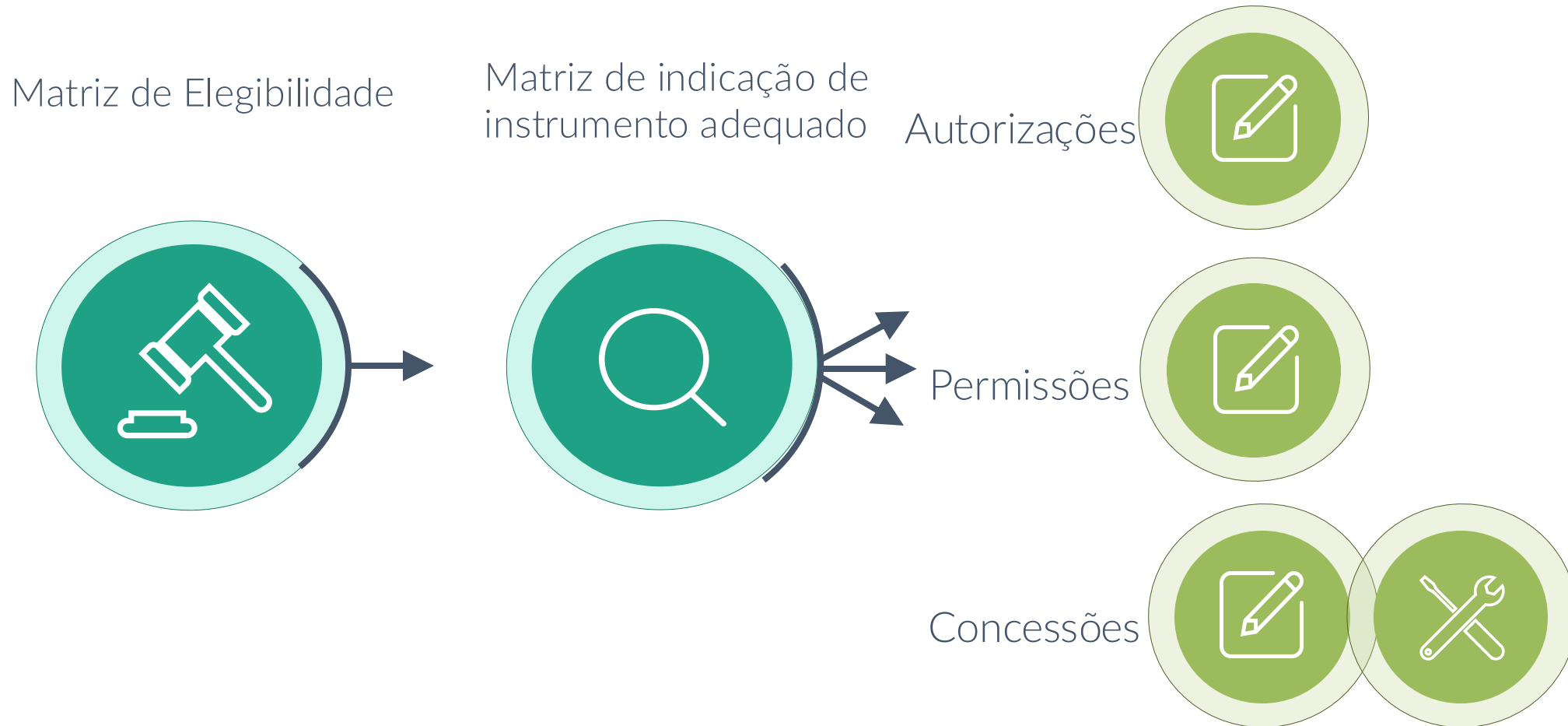
133
editais de
delegações de
serviços desde
2020



Autorizações/Permissões/Concessões

	Autorização	Permissão	Concessão
Tipo de investimentos (infraestrutura + serviços)	Pequeno vulto, sem aplicação em infraestruturas físicas (em regra, apenas serviços)	Médio vulto, apenas investimentos em infraestruturas relacionadas ao objeto e/ou bens móveis	Grande vulto, investimentos em diversas áreas da unidade de conservação + serviços e obrigações para além do uso público
Quantidade de delegatários	Muitos	Poucos (eventual exclusividade)	Poucos (eventual exclusividade)
Caráter	Precário	Precário	Estável
Prazo da delegação	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Longo Prazo
Gestão contratual	Simplificada	Moderada	Complexa
Base Legal	CF88 arts. 21, XI e XII, e 175 Portarias ICMBio	Lei 8.987/1995	Lei 8.987/1995
Qtde. Contratos ICMBio	+5000	6	13

CHAVE DE TOMADA DE DECISÃO DAS DELEGAÇÕES DE **SERVIÇOS** EM UC'S FEDERAIS



BASE NORMATIVA

Constituição Federal 1988

“Art. 175 Incumbe ao Poder Público, na forma da Lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.”

BASE NORMATIVA

Decreto n. 4.340/2002

CAPÍTULO VII

DA AUTORIZAÇÃO PARA A EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

“Art. 25. É passível de **autorização a exploração** de produtos, sub-produtos ou **serviços** inerentes às unidades de conservação, de acordo com os objetivos de cada categoria de unidade.

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, entende-se por produtos, sub-produtos ou serviços inerentes à unidade de conservação:

I - aqueles destinados a dar suporte físico e logístico à sua administração e à implementação das atividades de uso comum do público, tais como **visitação, recreação e turismo**;

II - a exploração de recursos florestais e outros recursos naturais em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, nos limites estabelecidos em lei.

(...)

Art.28. No processo de autorização da exploração comercial de produtos, sub-produtos ou serviços de unidade de conservação, o órgão executor deve viabilizar a **participação de pessoas físicas e jurídicas, observando-se os limites estabelecidos pela legislação vigente sobre licitações públicas** e demais normas em vigor.

Art. 29. A autorização para exploração comercial de produto, sub-produto ou serviço de unidade de conservação deve estar fundamentada em **estudos de viabilidade econômica e investimentos elaborados pelo órgão executor**, ouvido o conselho da unidade.”



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
EQSW 103/104, Bloco “C”, Complexo Administrativo - Bloco C - Bairro Setor Sudoeste -Brasília
Telefone: 61 2028-9011/9013

PORTARIA Nº 289, DE 03 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre as normas gerais para o planejamento e a implementação do uso público nas unidades de conservação federais (Processo nº 02070.000166/2021-61)

- **Art. 4º, Princípios:**
 - I: oferta de **experiências de alta qualidade**;
 - **VIII**: inovação e a **diversificação** das experiências de visitação;
 - **X**: inclusão social e acesso democrático.



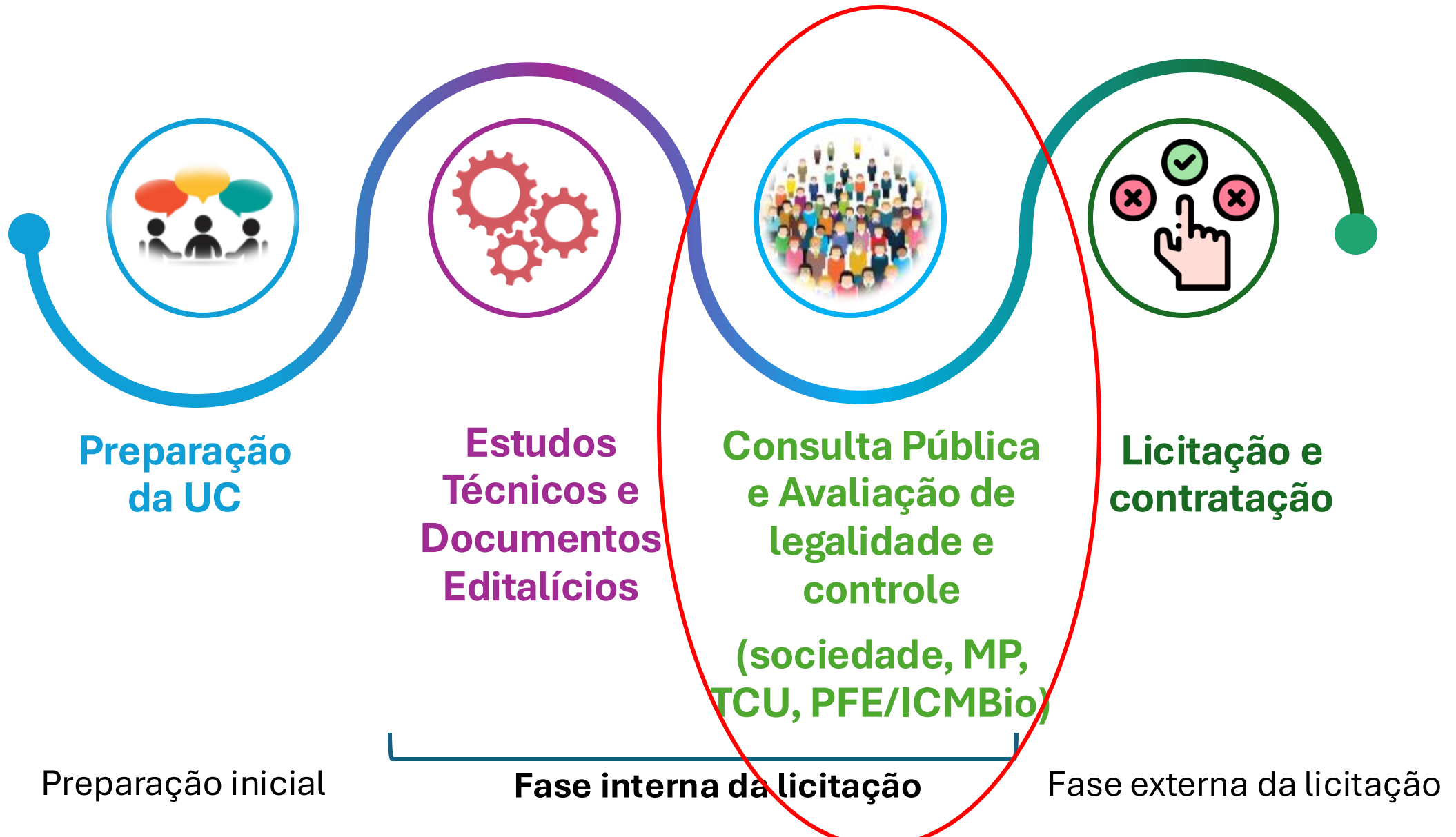
Presidência da República
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 15.180, DE 25 DE JULHO DE 2025

Institui a Política Nacional de Incentivo à Visitação a Unidades de Conservação e autoriza o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e os órgãos estaduais e municipais executores do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) a contratar instituição financeira oficial para criar e gerir fundo privado com os objetivos de financiar e de apoiar a visitação a unidades de conservação.

- **Art. 4º São instrumentos:**
 - **VIII:** as concessões, as permissões e as autorizações;
 - **IX:** as parcerias com órgãos e entidades públicos e privados;

FASES DAS DELEGAÇÕES DE SERVIÇOS EM UC'S FEDERAIS



ESCOPO E PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DE DELEGAÇÃO DE SERVIÇO



O ICMBio permanece à **frente da gestão**, que vai muito além dos **serviços de apoio à visitação**



OBJETO DO CONTRATO:

Permissão destinada à prestação de serviços de **hospedagem (acampamento)**, de **comercialização de alimentos e comercialização de itens de conveniência e souvenir** no acampamento Refúgio da Canga na Floresta Nacional de Carajás.





PROPOSTA DA PERMISSÃO

VIGÊNCIA: 180 meses

VALOR ANUAL ESTIMADO DE RECEITA: R\$ 222.753

VALOR ANUAL ESTIMADO DE OUTORGA: R\$ 2.148,00

Documentos da consulta pública

- Minuta de Edital
- Minuta de Contrato de Permissão
 - Minuta Anexo A - Caderno de Encargos
 - Minuta Anexo F - Caracterização das Áreas de Permissão dos Serviços
 - Minuta Anexo G - Glossário
 - Minuta Anexo H - Mensuração de Desempenho
- Estudo de Viabilidade Econômica simplificado
- Plano de Negócios

Condições gerais dos serviços

- A operação dos serviços de alimentação e souvenir poderá ocorrer nos horários de visitação da Floresta Nacional ou associada à pernoite.
- A PERMISSIONÁRIA deverá se responsabilizar pela manutenção integral das estruturas envolvidas na PERMISSÃO.
- A definição dos preços dos SERVIÇOS e produtos ficará a critério da Permissionária.

Condições gerais dos serviços

Para a prestação dos serviços em ambas as áreas a PERMISSIONÁRIA deverá:

- prover **pessoal** de serviço em **quantidade** e com a **qualificação** necessárias,
- Pessoal **uniformizado** e/ou convenientemente trajado;
- **Atender a legislação** vigente associada ao serviço prestado e ao código de defesa do consumidor;
- Prover os serviços atentando para a **periodicidade mínima semanal**, conforme detalhamento de cada serviço;
- Prover meios para **pesquisar opiniões e reclamações** dos serviços e solucioná-la;
- Dotar as infraestruturas e instalações com **equipamentos e utensílios compatíveis com os serviços** prestados, sempre em boas condições;
- Assegurar a **adequada gestão e destino dos resíduos sólidos** gerados nas atividades da PERMISSÃO;
- Assegurar o **adequado tratamento de efluentes**;
- Adotar **estratégias para a sustentabilidade** das ÁREAS e SERVIÇOS da PERMISSÃO

Serviços associados ao objeto da permissão

- Serviços de prevenção e combate a incêndios ("predial")
- Serviços de conservação e limpeza
- Serviços de manutenção
- Serviços de utilidades
- Treinamento e capacitação da equipe da permissionária

Contrato

- Regra a relação entre ICMBio e Permissionário
- Define, entre outros:
 - Duração da permissão
 - Tipo e valor da outorga e dos Encargos Acessórios
 - Forma de remuneração da permissionária
 - Obrigações das partes
 - Vedações
 - Fiscalização
 - Risco e Reequilíbrio Econômico e Financeiro
 - Garantias e seguros
 - Sanções

Remuneração pelos serviços

- A permissionária será remunerada diretamente pelos contratantes dos serviços, sendo obrigatória a emissão de documentação fiscal aos consumidores.
- Liberdade para o estabelecimento de preços de serviços prestados e produtos.
 - Os preços devem ser amplamente divulgados aos visitantes, minimamente no local onde são cobrados, sendo admitida a realização de promoções e aplicação de descontos.

Obrigações da Permissionária

- Operar serviços
- Dispor de equipamentos, materiais e equipe adequados
- Cumprir e respeitar as cláusulas e condições
- Utilizar as instalações e bens na forma compatível com sua destinação e características
- Manter as áreas, instalações e bens em perfeito estado de emprego e conservação
- Desenvolver suas atividades em conformidade com as normas do Plano de
- Responsabilizar-se pelos danos causados, por si, seus representantes, prepostos ou subcontratados,
- Assumir integral responsabilidade, civil e penal, pela boa execução e eficiência dos SERVIÇOS,
- Responsabilizar-se pela quitação de todas as despesas da área, infraestruturas e instalações associadas à PERMISSÃO, incluindo energia elétrica e água.

Obrigações da Permissionária

- Incluir logomarca do ICMBio e da FN de Carajás em suas placas e materiais informativos, obtendo para sua produção e distribuição a prévia autorização do PODER CONCEDENTE.
- Cumprir a legislação tributária, trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho
- Cumprir as normas ambientais e obter, quando aplicável, todas as licenças, permissões e autorizações
- Fazer a escrituração contábil e
- Realizar contrato de seguro para as infraestruturas e instalações associadas à PERMISSÃO.
- Realizar contrato de seguro de responsabilidade civil contra possíveis danos contra VISITANTES e funcionários.
- Dotar as infraestruturas associadas à PERMISSÃO de todo o mobiliário, equipamentos, utensílios necessários à adequada prestação dos serviços;

Obrigações da Permissionária

- Manter seus funcionários devidamente uniformizados e identificados;
- Dar conhecimento quanto a todo e qualquer evento que altere de modo relevante o normal desenvolvimento da prestação dose serviços
- Comunicar as circunstâncias ou ocorrências que impeçam ou venham a impedir a correta execução da PERMISSÃO;
- Responsabilizar-se pela interlocução com terceiros, tais como órgãos públicos, permissionárias de serviços públicos e empresas privadas (energia elétrica, água e esgoto, gás, telefonia, TV a cabo etc.), visando ao correto desenvolvimento de todos os trabalhos previstos no objeto desta PERMISSÃO.

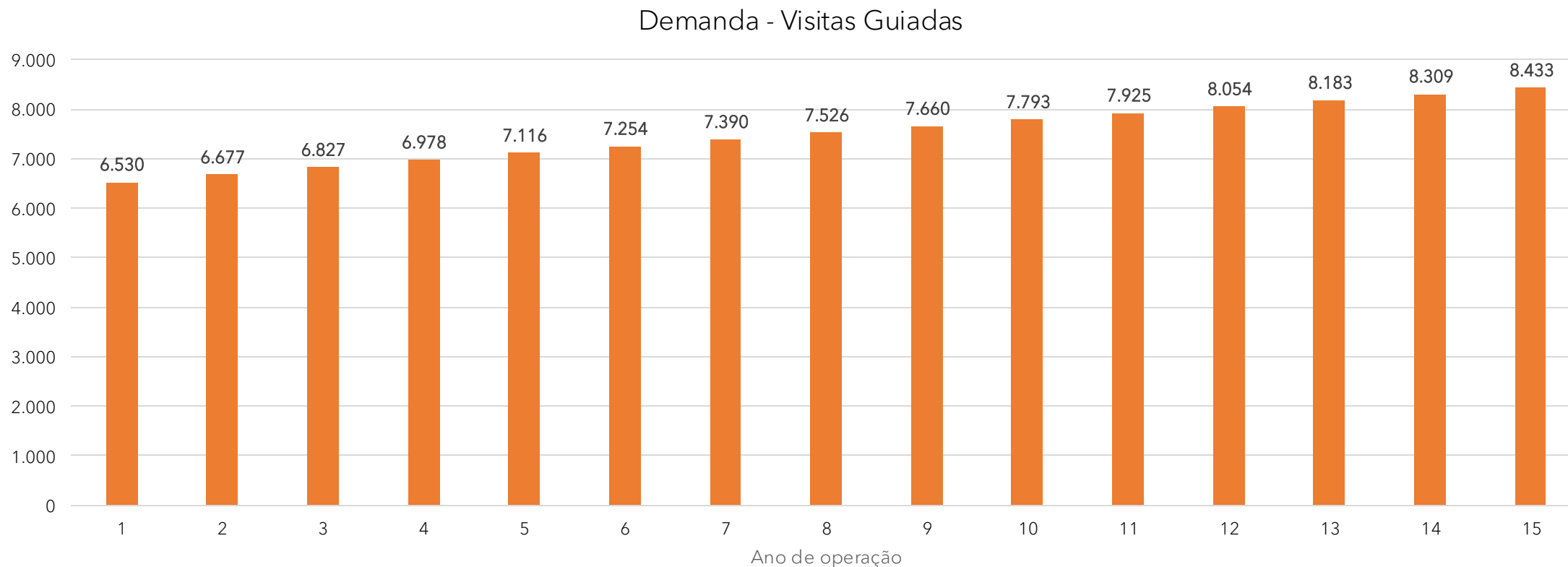
VISITAÇÃO

- Os dados históricos de visitação abrangem o período de 2016 a 2024, com lacunas nos anos de 2020 e 2021 devido à pandemia de COVID-19
- A trajetória de crescimento foi impulsionada pela inauguração de dois mirantes, que contribuíram para um aumento de 300% no número de visitas em 2024



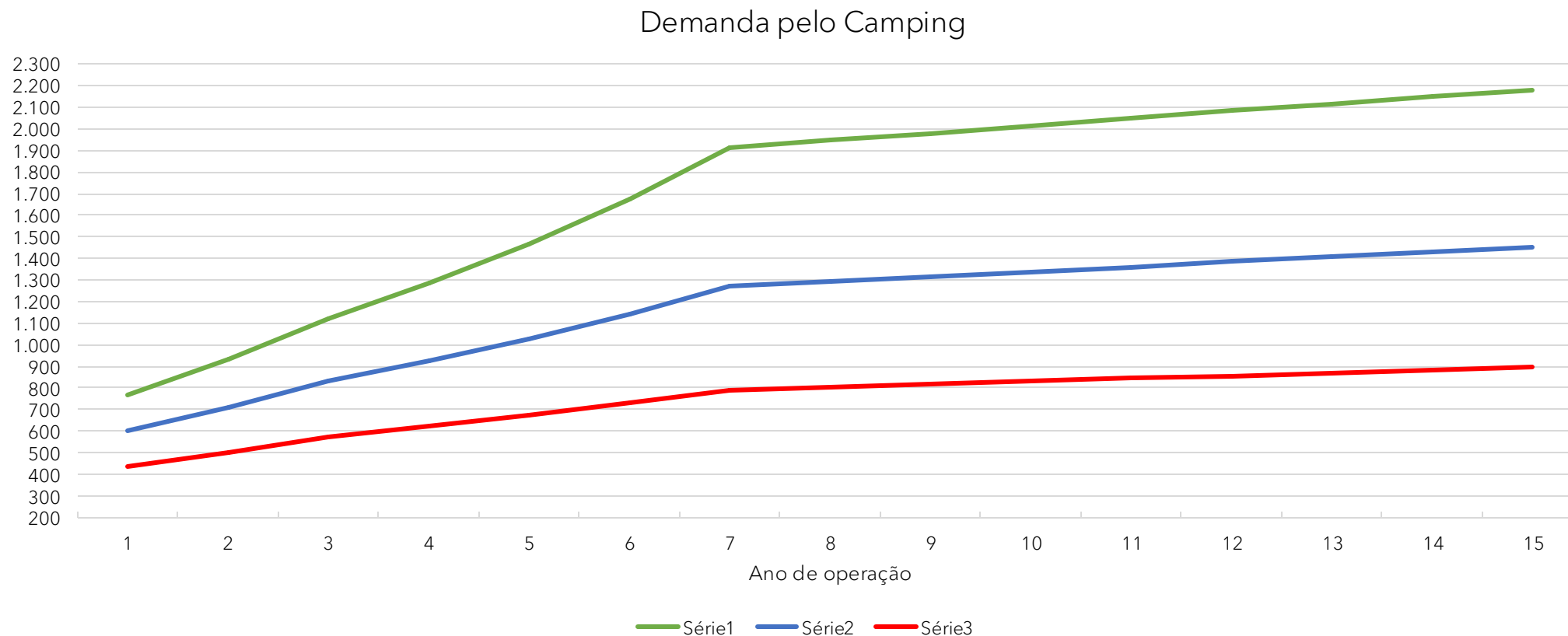
DEMANDA

- Para realizar a projeção de demanda foram considerados apenas os dados de visitas guiadas, uma vez que o camping está localizado em uma área acessível exclusivamente com o acompanhamento de condutores.
- A projeção se baseou nas estimativas de crescimento Populacional e do PIB



DEMANDA

- A demanda pelo camping foi estimada em 3 cenários:
 - Cenário Otimista -> 10% de adesão com um *Ramp Up* de 18% nos primeiros 3 anos e de 12% entre o 4º e o 7º ano
 - Cenário Moderado -> 8% de adesão com um *Ramp Up* de 15% nos primeiros 3 anos e de 9% entre o 4º e o 7º ano
 - Cenário Pessimista -> 6% de adesão com um *Ramp Up* de 12% nos primeiros 3 anos e de 6% entre o 4º e o 7º ano



RECEITAS

- As principais fontes de receita identificadas foram: 1) Pernoite no camping; 2) Comercialização de alimentos; 3) Venda de Souvenirs e 4) Cobrança pelo uso da internet
- Vale destacar que o projeto visa incentivar o empreendedorismo criativo do permissionário, logo, podem ser implementadas fontes de receita alternativas

Pernoite

- Taxa de R\$75 por pessoa, sem distinção de meia entrada e inteira

Comercialização de alimentos

- Cozinha de 9m²
 - Ideia é servir pequenas refeições pré-prontas
- Ticket médio de R\$30 e adesão de 40% (das visitas guiadas, não só do camping)

Venda de Souvenirs

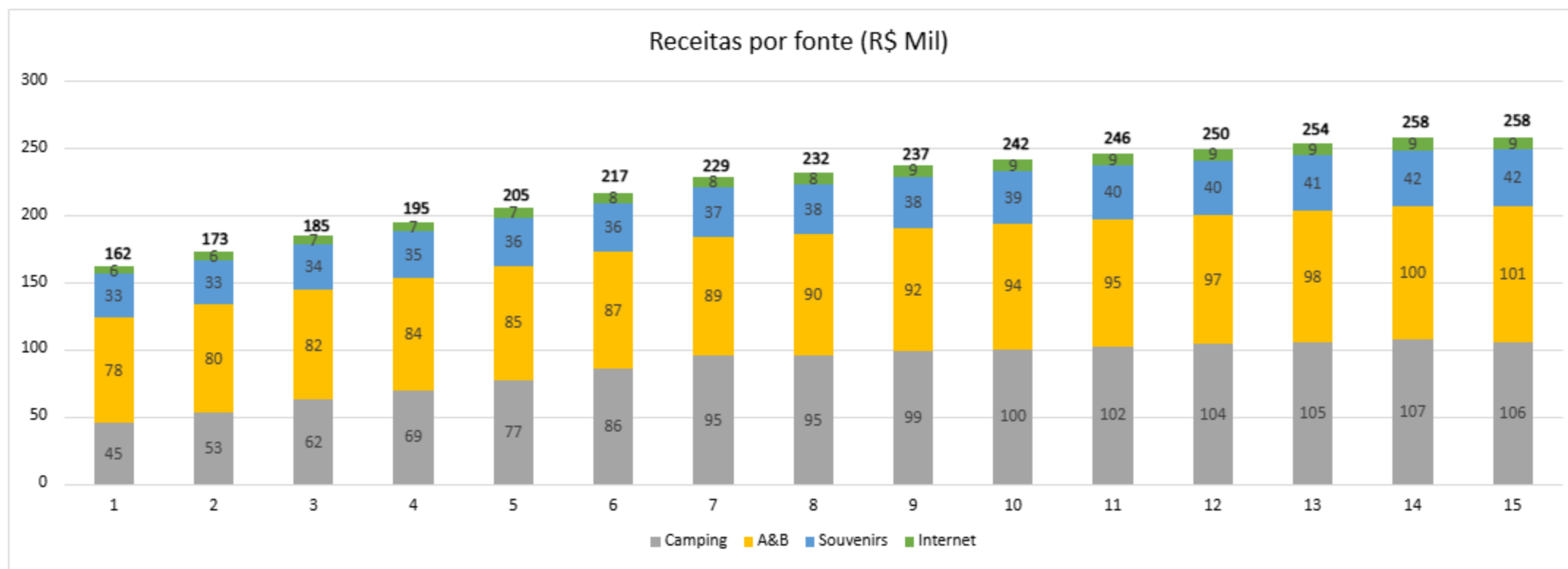
- Chaveiros, camisas, ecobags etc...
- Ticket médio de R\$25 e adesão de 20% (das visitas guiadas, não só do camping)

Internet

- R\$ 12 por hora de uso, com possibilidade de um pacote de R\$ 30 por dia, pensado em quem ficará no pernoite

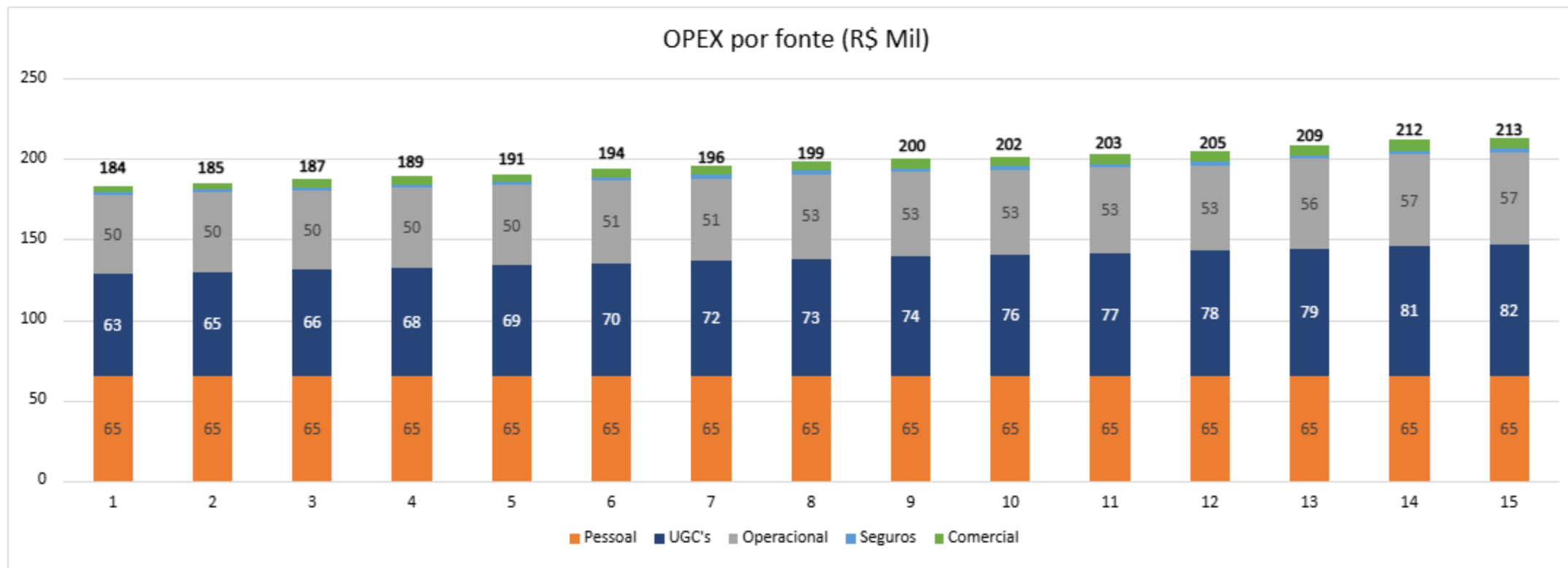
RECEITAS

- O faturamento médio anual, sob o cenário moderado, é de R\$ 222 mil, com destaque para a comercialização de alimentos que representa cerca de 40% desse valor



OPEX

- A projeção de OPEX, sob o cenário moderado, se mantém praticamente constante ao longo do projeto, evidenciando o peso dos custos fixos com pessoal, que representam cerca de 36% dos custo totais



CAPEX

- A projeção de CAPEX inclui a aquisição de um contêiner que servirá como uma base administrativa para as atividades, bem como custos de adaptação e maquinário para o seu funcionamento

Item	Valor estimado
Aquisição do contêiner	18.000
Transporte do contêiner	3.000
Adaptação do contêiner	4.000
Ar-condicionado	2.000
Kit energia solar 3,5kW	10.000
Computador	1.500
Total	38.500

OUTORGAS

- Nesta versão preliminar, sob o cenário moderado, inicialmente a vencedora deverá pagar ao poder Concedente uma outorga fixa mínima de R\$ 6.398 como condição para a assinatura do contrato, bem como uma outorga variável de 1% da ROB em parcelas mensais a partir do 1º ano de permissão.

Outorga Fixa

R\$ 6.398
Critério de licitação

**Outorga
Variável**

1%
da Receita Operacional
Bruta

Início no ano 1

Estruturação de Projeto

ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS

Poder Público realiza estudos técnicos.
(diretamente ou via agente estruturador)

Elaboração dos Estudos

Diálogos preliminares com a sociedade

Estudos baseiam as versões preliminares dos documentos

CONSULTA PÚBLICA

Sociedade se manifesta por meio da consulta pública, audiência pública, reuniões bilaterais, e apresentação aos potenciais interessados.

Alterações são incorporadas nos documentos

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

TCU revisa toda a documentação e propõe Ajustes

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

Edital e Minuta de Contrato são Publicados, com prazo para elaboração de propostas

Licitação é realizado em data a ser definida

ASSINATURA DO CONTRATO

É seleciona

São avaliadas as Condições de Contratação

Contrato de Concessão é Assinado

Estamos aqui

Após a Assinatura do Contrato o que acontece?



ESCOPO E PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DE DELEGAÇÃO DE SERVIÇO



CONSULTA PÚBLICA

Acesso aos documentos

Até 08 de NOVEMBRO

Ministério do Meio Ambiente

Órgãos do GovernoAcesso à InformaçãoLegislaçãoAcessibilidade

Entrar com gov.br

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

O que você procura?

> Centrais de Conteúdo > Publicações > Editais Diversos > Editais Diversos - 2025 > Aviso de Consulta Pública N° 9/2025

Aviso de Consulta Pública N° 9/2025

Edital de Licitação para a permissão para prestação de serviços de hospedagem (acampamento), comercialização de alimentos e comercialização de itens de conveniência e souvenir no Camping Refúgio da Canga na Floresta Nacional de Carajás.

Publicado em 03/06/2024 13h46 | Atualizado em 29/09/2025 11h08

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [whatsapp](#) [link](#)

Arquivos

Aviso de Consulta Pública

LINK PARA O FORMULÁRIO PARA CONTRIBUIÇÕES NA CONSULTA PÚBLICA

Minuta de Edital

Minuta do Contrato

Minuta Anexo A - Caderno de Encargos

Minuta Anexo F - Caracterização da Área

Minuta Anexo G - Glossário

Minuta Anexo H - Mensuração de Desempenho

Minuta Anexo III - Modelos de Licitação

Plano de Negócios

CONSULTA PÚBLICA

Acesso aos documentos

Permissão para prestação de Serviços de Apoio à Visitação na Floresta Nacional de Carajás

Este formulário faz parte do procedimento de consulta pública sobre o projeto permissão para prestação de serviços de hospedagem (acampamento), comercialização de alimentos e comercialização de itens de conveniência e souvenir no Camping Refúgio da Canga na Floresta Nacional de Carajás. A sua contribuição é muito importante para melhorias no projeto de permissão.

O edital e demais documentos correlacionados poderão ser acessados no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/editais-diversos/editais-diversos-2025-1/consulta-publica-permissao-fn-carajas>

Em cumprimento à Lei nº13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o ICMBio informa que este formulário é gerenciado pela Coordenação Geral de Uso Público e Serviços Ambientais - CGEUP, que assume a obrigação de proteger a privacidade do participante e atuar contra o uso e a publicação indevida dos dados pessoais fornecidos.

Quando você enviar este formulário, ele não coletará automaticamente seus detalhes, como nome e endereço de email, a menos que você mesmo o forneça.

* Obrigatória

Nome do/a contribuinte: *

Insira sua resposta

Tipo de contribuinte *

☐ Pessoa Física

☐ Pessoa Jurídica


Organização *

Insira sua resposta

Setor de atuação *

☐ Instituição Pública (Federal, Estadual ou Municipal)

MINUTAS DE DOCUMENTOS

- Minuta de Edital;  Quem pode participar
- Minuta do Contrato de Permissão (Anexo I); Como participar
- Anexo A - Caderno de Encargos; Etapas da Licitação
- Anexo B - Caracterização da área de prestação dos serviços; Regras da Licitação
- Anexo G – Glossário; Critérios de Julgamento
- Anexo H – Sistema de Mensuração de Desempenho;
- Anexo III – Modelos da Licitação;
- Plano de Negócios;
- Minuta Estudo de Viabilidade Econômico Financeira.

MINUTAS DE DOCUMENTOS

- Minuta de Edital;
- **Minuta do Contrato de Permissão (Anexo I);**
- Anexo A - Caderno de Encargos;
- Anexo B - Caracterização da área de prestação dos serviços;
- Anexo G – Glossário;
- Anexo H – Sistema de Mensuração de Desempenho;
- Anexo III – Modelos da Licitação;
- Plano de Negócios;
- Minuta Estudo de Viabilidade Econômico Financeira.

Objeto e prazo do Contrato;

Valor do Contrato e pagamentos devidos ao Poder Público;

Obrigações da Permissionária;


Regras para investimentos e receitas;

Fiscalização e gestão do Contrato;

Sanções e hipóteses de extinção do Contrato;

Demais regras gerais de gestão e diretrizes de operação (licenciamento, autorizações, etc).

MINUTAS DE DOCUMENTOS

- Minuta de Edital;
- Minuta do Contrato de Concessão (Anexo I);
- **Anexo A – Caderno de Encargos;** 
- Anexo B - Caracterização da área de prestação dos serviços;
- Anexo C – Sistema de Mensuração de Desempenho;
- Anexo D – Diretrizes para Elaboração do Plano de Transição Operacional;
- Anexo II – Glossário;
- Anexo III – Modelos da Licitação;
- Minuta Estudo de Viabilidade Econômico Financeira.

Regras de operação da visitação;

Regras dos serviços obrigatórios voltados ao uso público (acampamento, alimentação, comércio);

Serviços operacionais de infraestrutura e gestão (vigilância, limpeza, combate a incêndios, conservação de áreas verdes, utilidades, atendimento ao visitante);

Investimentos obrigatórios (manutenção de estruturas, segurança da visitação);

Diretrizes de manutenção e construtivas.

MINUTAS DE DOCUMENTOS

- Minuta de Edital;
- Minuta do Contrato de Permissão (Anexo I);
- Anexo A - Caracterização da área de prestação dos serviços;
- **Anexo B - Caracterização da área de prestação dos serviços;**
- Anexo G – Glossário;
- Anexo H – Sistema de Mensuração de Desempenho;
- Anexo III – Modelos da Licitação;
- Plano de Negócios;
- Minuta Estudo de Viabilidade Econômico Financeira.

.....➤ **Contextualização da situação da Área;**
Características da Área de prestação dos serviços;
Usos e Infraestruturas;
Ativos existentes.

MINUTAS DE DOCUMENTOS

- Minuta de Edital;
- Minuta do Contrato de Permissão (Anexo I);
- Anexo A - Caracterização da área de prestação dos serviços;
- Anexo B - Caracterização da área de prestação dos serviços;
- **Anexo G – Glossário;**➤ **Termos definidos em Edital.**
- Anexo H – Sistema de Mensuração de Desempenho;
- Anexo III – Modelos da Licitação;
- Plano de Negócios;
- Minuta Estudo de Viabilidade Econômico Financeira.

MINUTAS DE DOCUMENTOS

- Minuta de Edital;
- Minuta do Contrato de Permissão (Anexo I);
- Anexo A - Caracterização da área de prestação dos serviços;
- Anexo B - Caracterização da área de prestação dos serviços;
- Anexo G – Glossário;
- **Anexo H – Sistema de Mensuração de Desempenho;**➤ **Indicadores de Desempenho a serem atendidos;**
Procedimento de avaliação;
Punição pelo não cumprimento dos Indicadores.
- Anexo III – Modelos da Licitação;
- Plano de Negócios;
- Minuta Estudo de Viabilidade Econômico Financeira.

MINUTAS DE DOCUMENTOS

- Minuta de Edital;
- Minuta do Contrato de Permissão (Anexo I);
- Anexo A - Caracterização da área de prestação dos serviços;
- Anexo B - Caracterização da área de prestação dos serviços;
- Anexo G – Glossário;
- Anexo H – Sistema de Mensuração de Desempenho;
- **Anexo III – Modelos da Licitação;**.....➤ **Modelos a serem apresentados pelas licitantes.**
- Plano de Negócios;
- Minuta Estudo de Viabilidade Econômico Financeira.

MINUTAS DE DOCUMENTOS

- Minuta de Edital;
- Minuta do Contrato de Permissão (Anexo I);
- Anexo A - Caracterização da área de prestação dos serviços;
- Anexo B - Caracterização da área de prestação dos serviços;
- Anexo G – Glossário;
- Anexo H – Sistema de Mensuração de Desempenho;
- Anexo III – Modelos da Licitação;
- **Plano de Negócios;**
- **Minuta Estudo de Viabilidade Econômico Financeira.**



Projeção de demanda;

Projeção de receitas;

Estimativa de investimentos, mão-de-obra e despesas operacionais;

Cálculo dos valores de outorga, encargos acessórios e tributos.

“ROADSHOW”

Presencial

- Dia 17/10
SEXTA-FEIRA

No camping Refúgio da Canga
CONFIRMAR HOJE!

Saída amanhã às 8h.

Online

- Dias 28, 29 e 30
- Período da manhã
- No link da consulta pública.



5



Muito Obrigada

Acesso

